

O Brasil e o Cenário Internacional

Nuvens carregadas pairam sobre a economia internacional (elevação da taxa de juros nos EUA e redução do crescimento chinês) o que desencadeou flutuações nos mercados financeiros e de capitais internacionais e domésticos. Os efeitos dessa turbulência sobre a expectativa de crescimento da economia brasileira, contudo, devem ser qualificados.

Este Boletim SOBEET apresenta elementos que subsidiam tal qualificação além de propor uma revisão na agenda da política macroeconômica.

De um lado, a elevação da taxa de juros norte-americana tende a ser gradual e preventiva. O crescimento da economia chinesa, por sua vez, ainda será expressivo (6 a 7%)!

De outro lado, faz-se necessária uma revisão/flexibilização da política de metas de inflação bem como a adoção de uma política de recomposição das reservas internacionais.

Há uma grande incerteza presente nos rumos do cenário internacional, que contempla uma muito provável elevação dos juros norte-americanos e a perspectiva de redução do ritmo de atividades da China.

Essa mudança certamente afeta a perspectiva de crescimento da economia brasileira, mas isso deve ser ponderado. Há um claro exagero na precificação dos riscos, a julgar pelo comportamento dos mercados financeiros, o que é explicável pela tentativa de antecipar-se aos fatos, o que gera turbulências.

Da mesma forma, pode-se afirmar que o otimismo dos mercados era exagerado, há alguns meses. De fato, o mercado vive de expectativas, os agentes se antecipam e reagem, preventiva ou especulativamente aos fatos, gerando as mudanças de preços dos ativos.

No entanto, caberia uma análise mais detalhada dos riscos presentes, especialmente para o futuro da economia brasileira. Um primeiro aspecto importante é que muito provavelmente o aumento dos juros nos EUA será gradual. Não é de se esperar uma subida brusca do nível atual de apenas 1% ao ano, porque a medida será preventiva. A subida gradual dos juros vai promover a mudança de posição dos investidores, mas o fluxo para os emergentes não vai ser reduzido substancialmente. A correção maior já ocorreu com o baque de 2001.

Quanto à China, o que vamos ter é a redução do ritmo de atividades, hoje em 10% ao ano, para algo entre 6 e 7%, que continuará substancial, sob qualquer parâmetro.

Vamos ter, como já vem ocorrendo, uma redução dos preços das *commodities*. Mas é preciso lembrar que os preços subiram muito pelo aquecimento da demanda, da desvalorização do dólar frente ao euro e ien e também pela especulação dos mercados. Assim, vamos ter uma diminuição potencial da receita exportadora. Mas, nada que não possa ser compensado por uma ampliação da participação brasileira no mercado global, inclusive na própria China, que é muito baixa.

Difícilmente algo vai nos impedir de gerar este ano um superávit comercial de, pelo menos, US\$ 27 bilhões, o que vai propiciar um novo superávit em conta-corrente.

Quanto aos investimentos diretos estrangeiros, outra preocupação recorrente, é preciso considerar alguns aspectos. Quando comparamos os fluxos para o Brasil e China existem diferenças gritantes. No ano passado, enquanto o Brasil recebeu US\$ 10 bi, a China recebeu US\$ 57 bilhões.

Boletim da SOBEET

Edição: Fernando Ribeiro.

Redação: Antônio Correa de Lacerda

Avenida Paulista, 326 - 1º andar
Conjuntos 15/16 - São Paulo-SP -
Brasil - CEP 01310-000

tel/fax: 55 11 287-6987/251-2237

e-mail: sobeet@uol.com.br

site: www.sobeet.com.br

Mas, é preciso considerar que o Brasil é base de filiais de grandes empresas globais há décadas, com destaque para o ingresso de montadoras nos anos 1950. Desde daí as empresas não pararam de investir no Brasil, com uma certa interrupção durante a década perdida dos oitenta. Atualmente 41% das 500 maiores empresas são multinacionais, na sua maioria líderes nos mercados em que atuam, com destaque para automobilístico, eletroeletrônico, o complexo de tecnologia da informação e muitos outros.

Na China, ao contrário, essas empresas só agora estão realizando investimentos, o que explica a diferença dos fluxos. Há um certo modismo nisso tudo. Na medida em que ficar mais explícita a percepção de que a economia brasileira vai crescer, isso vai atrair muito investimento, tanto das empresas que já operam no mercado brasileiro, quanto de novas empresas.

Mas isso não quer dizer que não há nada a ser feito. Além das mudanças na área macroeconômica, como a excessiva rigidez do regime de metas de inflação, o que engessa a política monetária e os elevados juros, temos definições importantes a serem feitas no campo regulatório e da política industrial, que são importantes fatores para motivar os investimentos produtivos.

O nível de reservas líquidas de US\$ 21 bilhões é muito baixo. É preciso criar uma blindagem em relação às oscilações do mercado e isso passa por uma posição externa mais favorável, com mais reservas, exportações e investimentos. No caso das reservas, uma medida de curto prazo poderia ser o retorno às aquisições de dólares no mercado, o que de quebra faria a taxa de câmbio desvalorizar moderadamente, o que seria positivo.

É preciso destacar que a economia brasileira diminuiu substancialmente a sua vulnerabilidade externa nos últimos anos, principalmente pelo efeito do superávit comercial. O déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos que era de 5% do PIB há quatro anos, foi reduzido a zero em 2003 e até tivemos um pequeno superávit. Este ano não vai ser diferente, dado o resultado previsto da balança comercial.

PRESIDENTE: Antônio Corrêa de Lacerda (PUC-SP)
VICE-PRESIDENTE: Maria Helena Zockun (FIPE-USP)

DIRETORES: Antonio Prado (Senado)
Lia Hasenclever (IE-UFRJ)
Lia Valls Pereira (EPGE/IBRE-FGV-RJ)
Otaviano Canuto (Ministério da Fazenda - Diretor Licenciado)

CONSELHO CONSULTIVO:

Antonio Martins da Cunha Filho (DECEC-BACEN); Armando Castelar Pinheiro (IPEA); Arno Meyer (Ministério da Fazenda); Beny Parnes (Assuntos Internacionais-BACEN); Carlos Eduardo Carvalho (PUC-SP); Carlos Kwall (Citibank/PUC-SP); Carlos Mussi (CEPAL-Brasil); Claudio Frischtak (Inter B); Gustavo Franco (PUC-RJ); Henrique Meirelles (Presidente BACEN) Hermann Wever (Siemens Brasil); João Paulo dos Reis Velloso (INAE); John E. Mein (Consentes); Luciano Coutinho (IE-UNICAMP); Luiz Carlos Bresser Pereira (FGV-SP); Mário Vilalva (Promoção Comercial do Itamaraty); Maurício Mesquita Moreira (BNDES); Octavio de Barros (Bradesco); Regis Bonelli (IPEA); Reinaldo Gonçalves (IE-UFRJ); Renato Baumann (UnB/CEPAL-Brasil); Ricardo Bielschowsky (CEPAL-Brasil); Rubens Barbosa (Embaixador do Brasil em Washington); Rubens Ricupero (Secretário Geral da UNCTAD) Samuel Pinheiro Guimarães (Secretário Executivo do Ministério das Relações Exteriores); Sandra Polónia Rios (CNI); Vera Thorstensen (Missão do Brasil na OMC); Virene Roxo Matesco (EPGE/IBRE-FGV-RJ); Viviane Ventura (CEPAL-Chile); Winston Fritsch (Rio Bravo); Yoshiaki Nakano (FGV-SP)

Mantenedores

SIEMENS



PINHEIRO NETO ADVOGADOS



Câmara Americana de Comércio
American Chamber of Commerce

